

VOL.1



20
23



INSPIRE-SE!

QUEBRANDO
BARREIRAS

A LUTA PELA
IGUALDADE DE GÊNERO
E EMPODERAMENTO
FEMININO



a revolução é feminina

Nesta Edição Especial

- Introdução
- Mensagem da secretária da Secretaria de Gênero, Raça e Políticas para as Mulheres do SAE-DF
- A origem do Dia Internacional da Mulher: da luta das operárias em Nova York à celebração mundial pelos direitos das mulheres
- O reconhecimento da ONU em 1977: a importância do Dia Internacional da Mulher
- Combatendo a desigualdade de gênero no Brasil: desafios e soluções
- Realidade na Capital Federal
- Lei Distrital "Orçamento
- Lei Maria da Penha: avanços e desafios no combate à violência de gênero no Brasil
- Mulheres": uma ferramenta importante na luta pelos direitos das mulheres no Distrito Federal
- Personagens pela luta da igualdade de gênero
- Liderança Feminina no SAE-DF
- Representatividade feminina na Carreira Assistência à Educação
- Igualdade de Gênero no Ambiente de Trabalho: Promovendo os Direitos das Mulheres
- Mensagem final

Introdução

O mês de março é dedicado a celebrar e refletir sobre a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades. Neste contexto, o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE/DF) reafirma seu compromisso em defender os direitos das mulheres, especialmente das trabalhadoras da educação.

A entidade atua em diversas frentes para combater a desigualdade de gênero, como a luta pela equiparação salarial, o combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e a promoção de políticas de igualdade de gênero. Além disso, o SAE/DF reconhece e homenageia figuras históricas da luta das mulheres pelos seus direitos, como Marielle Franco, Janja, Maria da Penha, Rosenilda Santos Almeida e Maria do Livramento, entre outras.

MENSAGEM DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA E POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO SAE-DF



Olá, sou Nilvia Rodrigues dos Reis, secretária da Secretaria de Gênero, Raça e Políticas para as Mulheres do SAE-DF, e gostaria de falar sobre a importância da nossa secretaria e das ações que desenvolvemos em prol da equidade de gênero e raça em nosso ambiente de trabalho.

Sabemos que a luta pela igualdade de gênero e raça é constante e que ainda há muito a ser feito em nossa sociedade. E é justamente por isso que a Secretaria de Gênero, Raça e Políticas para as Mulheres do SAE-DF existe: para promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, garantindo que todas as pessoas tenham as mesmas chances de desenvolvimento e crescimento em suas carreiras.

Nossa secretaria tem como objetivo principal conscientizar, sensibilizar e mobilizar todos os servidores da carreira Assistência à Educação, para a importância da equidade de gênero e raça.

Para isso, realizamos diversas ações e atividades ao longo do ano, como palestras, rodas de conversa, campanhas educativas e treinamentos, com o intuito de informar e capacitar nossos filiados para que possam contribuir ativamente com a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo.

Mas sabemos que ainda há muito a ser feito. É por isso que convidamos a se engajarem conosco nessa luta pela equidade de gênero e raça, implantando o movimento em seu próprio local de trabalho. Juntos, podemos construir um ambiente mais saudável, respeitoso e acolhedor, onde todos os colaboradores possam se sentir valorizados e respeitados em suas diferenças.

Portanto, faço um apelo: engajem-se em nossa causa, participem de nossas ações e campanhas, e contribuam ativamente para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo. Juntos, podemos fazer a diferença e tornar nosso ambiente de trabalho um lugar melhor e mais respeitoso.



A ORIGEM DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: DA LUTA DAS OPERÁRIAS EM NOVA YORK À CELEBRAÇÃO MUNDIAL PELOS DIREITOS DAS MULHERES:

O dia 8 de março é comemorado internacionalmente como o Dia Internacional da Mulher, uma data que marca a luta por igualdade de direitos e por melhores condições de trabalho e vida para as mulheres.

A origem da celebração remonta ao final do século XIX, quando operárias de uma fábrica têxtil em Nova York, nos Estados Unidos, organizaram uma greve reivindicando melhores condições de trabalho, como a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias, salários igualitários aos dos homens e a garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

A manifestação ocorreu em 8 de março de 1857, e foi brutalmente reprimida pela polícia, com saldo de diversas mulheres mortas e feridas. Em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres, realizada na Dinamarca, foi proposto que o dia 8 de março fosse instituído como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às operárias que morreram na manifestação de 1857.

A partir de então, o 8 de março tornou-se uma data importante para a luta das mulheres por seus direitos, e é lembrado mundialmente com manifestações, protestos, eventos culturais e debates sobre temas como a igualdade de gênero, a violência contra as mulheres, a saúde sexual e reprodutiva, a igualdade salarial e a representatividade política das mulheres.



O RECONHECIMENTO DA ONU EM 1977: A IMPORTÂNCIA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Em 8 de março de 1977, a Organização das Nações Unidas (ONU) oficialmente reconheceu o Dia Internacional da Mulher. A data já era celebrada em muitos países como um dia de luta e reivindicação dos direitos das mulheres, mas a decisão da ONU trouxe uma maior visibilidade e importância para essa data.

O reconhecimento da ONU foi um marco importante para as mulheres ao redor do mundo, pois reforçou a necessidade de reconhecer e enfrentar as desigualdades e injustiças que as mulheres enfrentam diariamente. A partir de então, a data passou a ser celebrada com mais ênfase em vários países e tornou-se um símbolo de luta por igualdade e justiça para as mulheres.

Embora tenham sido feitos progressos significativos desde que o Dia Internacional da Mulher foi reconhecido pela ONU em 1977, as desigualdades de gênero ainda persistem em muitas partes do mundo. A celebração da data é, portanto, uma oportunidade para continuar a luta por igualdade e justiça para as mulheres e para garantir que as conquistas alcançadas até agora sejam preservadas e expandidas.

COMBATENDO A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES

A desigualdade de gênero é um problema estrutural presente na sociedade brasileira, que se manifesta em diversas esferas, desde o âmbito privado até o público. Entre as medidas necessárias para combatê-la, destaca-se a luta pela equiparação salarial entre homens e mulheres. Atualmente, as mulheres ainda recebem, em média, salários inferiores aos dos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções. Essa disparidade impacta diretamente a independência financeira e a qualidade de vida das mulheres, além de contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos de gênero.

Outra frente de atuação importante na luta pela igualdade de gênero é o combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Esses tipos de violência, infelizmente, ainda são frequentes no Brasil, e podem resultar em danos psicológicos e físicos para as vítimas. É fundamental que as empresas adotem medidas efetivas para prevenir e coibir esse tipo de comportamento, criando canais de denúncia seguros e capacitando seus colaboradores para identificar e interromper situações de abuso.

É fundamental que o poder público promova políticas de igualdade de gênero, garantindo o acesso das mulheres a direitos básicos como saúde, educação e segurança. Além disso, é preciso fomentar a participação feminina em espaços de poder e decisão, estimulando a representatividade das mulheres em cargos políticos e de liderança. Somente com uma abordagem abrangente e multifacetada será possível avançar na direção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os gêneros.



LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é uma importante conquista na luta contra a violência de gênero no Brasil. A legislação prevê medidas protetivas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, como o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação da vítima e a realização de acompanhamento psicológico. Desde então, houve um avanço significativo na conscientização da sociedade sobre o tema e na proteção das mulheres.

Um dos resultados positivos da Lei Maria da Penha foi a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAMs) em todo o país. Essas unidades têm como objetivo oferecer um atendimento humanizado e especializado para as mulheres que sofrem violência, além de trabalhar na prevenção desse tipo de crime. Também foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que são responsáveis por julgar os casos de agressão.

Outro avanço importante é a maior conscientização da sociedade sobre a gravidade da violência de gênero e a necessidade de denunciá-la. A Lei Maria da Penha contribuiu para que as mulheres se sintam mais encorajadas a denunciar seus agressores, e para que a sociedade se mobilize para combater esse tipo de crime.



O aumento do número de denúncias e a consequente punição dos agressores é um sinal de que a lei está cumprindo seu papel de proteger as mulheres.

Embora ainda haja muito a ser feito na luta contra a violência de gênero no Brasil, a Lei Maria da Penha representa um importante avanço no combate a essa grave violação dos direitos humanos. É fundamental que as políticas públicas e a conscientização da sociedade continuem avançando, para que todas as mulheres possam viver livres da violência e da opressão.

REALIDADE NA CAPITAL FEDERAL

Infelizmente, o Distrito Federal é uma das 13 unidades federativas do Brasil com maior taxa de feminicídio, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Com 1,6 casos de feminicídio a cada 100 mil habitantes, a capital do país ocupa o sétimo lugar, acima da média nacional de 1,2 caso. Apenas nos primeiros 45 dias de 2023, seis mulheres brasilienses foram assassinadas. Diante desse cenário, o SAE/DF se posiciona firmemente contra a violência de gênero e defende os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A entidade busca garantir o acesso a serviços de saúde e educação por meio de campanhas de conscientização e apoio às iniciativas de combate à violência contra as mulheres.



LEI DISTRITAL "ORÇAMENTO MULHERES": UMA FERRAMENTA IMPORTANTE NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO DISTRITO FEDERAL

Uma importante ferramenta para avançar na luta pelos direitos das mulheres é a Lei Ordinária nº 7067, de 17/02/2022, aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A lei cria o relatório temático "Orçamento Mulheres" como instrumento de controle social e fiscalização da destinação e execução orçamentária anual das despesas públicas dirigidas às mulheres.

O SAE/DF apoia essa iniciativa e entende que a lei é um passo importante para garantir que as políticas públicas destinadas às mulheres sejam efetivas e atendam às suas necessidades. A lei prevê que sejam detalhadas, em cada unidade orçamentária constante dos orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimento das estatais independentes, as despesas exclusivas e não exclusivas cujas beneficiárias sejam as mulheres.

O SAE/DF está comprometido em monitorar a implementação dessa lei e continuar lutando pelos direitos das mulheres no Distrito Federal



MARILLE FRANCO

Foi uma vereadora brasileira, feminista, negra e defensora dos direitos humanos. Ela foi assassinada em 2018 no Rio de Janeiro, mas seu legado continua inspirando mulheres em todo o mundo. Marielle Franco lutou contra a violência policial e o racismo e defendeu os direitos das mulheres, especialmente das mulheres negras e das favelas. Sua morte chocou o Brasil e o mundo e trouxe à tona a necessidade de continuar lutando pelos direitos das mulheres e das minorias.

JANJA

Rosângela Lula da Silva (Janja) é uma mulher brasileira e companheira do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Socióloga, ela se tornou um símbolo de força e resiliência ao lado de Lula, enquanto ele estava na prisão por acusações de corrupção. Janja sempre foi uma defensora dos direitos das mulheres e das minorias, e continua a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.



MARIA DA PENHA

Farmacêutica brasileira que lutou por seus direitos depois de sofrer violência doméstica. Ela foi vítima de violência por mais de 23 anos de seu casamento e ficou paraplégica depois de ser baleada pelo marido. Maria da Penha lutou pelos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e foi responsável pela criação da Lei Maria da Penha, uma lei brasileira que protege as mulheres vítimas de violência doméstica.



MARINA SILVA

Ministra do Meio Ambiente, é uma importante figura na luta pelos direitos das mulheres e pelo meio ambiente no Brasil. Nascida em uma família de seringueiros no Acre, ela começou a trabalhar na extração de borracha ainda na infância, e se tornou uma importante liderança sindical na década de 1980.

MALALA YOUSAFZAI

Ativista paquistanesa e defensora da educação das meninas. Ela se tornou conhecida mundialmente depois de sobreviver a um ataque do Talibã em sua cidade natal, que visava silenciá-la por sua defesa dos direitos das meninas à educação. Malala continua a lutar pelos direitos das meninas e das mulheres em todo o mundo, e é uma inspiração para muitas mulheres jovens que desejam fazer a diferença em suas comunidades.



FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA

Ex-senadora e servidora da carreira assistência à educação que contribuiu para a criação da Lei 12.014/2009. Essa lei tem como objetivo de fortalecer os trabalhadores que atuam nas escolas, desde a portaria até a secretaria, reconhecendo a importância de cada um na promoção da educação de qualidade.

A Lei 12.014/2009 estabelece diretrizes para a valorização desses profissionais, reconhecendo o papel fundamental que desempenham no processo educativo. Dentre as medidas previstas, destacam-se a instituição do piso salarial para a categoria, a definição de carga horária máxima e a garantia de formação continuada.



REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

ROSENILDA SANTOS ALMEIDA E MARIA DO LIVRAMENTO

Rosenilda Santos Almeida e Maria do Livramento foram companheiras de luta que lideraram o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE-DF). Elas dedicaram grande parte de suas vidas na defesa da classe trabalhadora e deixaram grandes contribuições para a categoria durante suas gestões no sindicato.

Rosenilda foi a primeira mulher a assumir a presidência do SAE-DF, em 2007. Ela trabalhou incansavelmente para melhorar as condições de trabalho dos servidores da Assistência à Educação, lutando por reajustes salariais, melhorias nas condições de trabalho e na qualidade da educação. Rosenilda também lutou contra a privatização da educação pública e pela valorização dos profissionais da área.

Livramento foi diretora do SAE-DF por mais de 15 anos e lutou pelos direitos dos servidores da Assistência à Educação. Ela trabalhou na elaboração de planos de carreira, organização de greves e na luta contra a precarização das condições de trabalho dos servidores. Maria do Livramento também foi uma defensora dos direitos das mulheres e lutou pela igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Rosenilda e Livramento são exemplos de mulheres que lideraram a luta sindical em defesa da classe trabalhadora e deixaram um legado importante para a categoria. Seus esforços ajudaram a melhorar as condições de trabalho dos servidores da Assistência à Educação e a valorizar os profissionais da área. Elas são um exemplo para todos aqueles que lutam pelas reivindicações dos servidores da Carreira Assistência à Educação.

IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO: PROMOVENDO OS DIREITOS DAS MULHERES

Como um sindicato comprometido com a promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE/DF) pode realizar uma série de ações para atingir seus objetivos. Algumas sugestões incluem:

- **Campanhas de conscientização:** Criar campanhas de conscientização para educar os membros do sindicato e a sociedade em geral sobre questões de gênero e discriminação no ambiente de trabalho. Isso pode incluir a divulgação de informações sobre leis trabalhistas que protegem as mulheres e a promoção da igualdade de oportunidades no local de trabalho.
- **Reuniões informativas:** Organizar reuniões informativas para discutir questões de gênero e igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho. Essas reuniões também podem servir para informar aos membros do sindicato sobre leis trabalhistas que protegem as mulheres.
- **Criação de comissão:** Criar uma comissão para monitorar e fiscalizar as leis trabalhistas que protegem as mulheres no Distrito Federal. A comissão deve também trabalhar para assegurar que os direitos das mulheres sejam respeitados em todos os ambientes de trabalho.
- **Publicação de informações:** Publicar e divulgar informações sobre direitos trabalhistas e igualdade de oportunidades para as mulheres no Distrito Federal. Isso pode incluir informações sobre leis trabalhistas, estatísticas, políticas, direitos e deveres, bem como outras informações relevantes.
- **Incentivo de grupos de apoio:** Incentivar a criação de grupos de apoio para mulheres em todas as áreas de trabalho. Os grupos devem proporcionar apoio mútuo, orientação e capacitação para as mulheres no local de trabalho.
- **Realização de palestras:** Promover palestras e seminários sobre questões de gênero e igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho. Estas palestras devem contar com a presença de profissionais e especialistas na área para oferecer conselhos e orientação para as mulheres.

MENSAGEM FINAL

Essas mulheres são apenas algumas das muitas que lutaram pelos direitos das mulheres e fizeram história. Elas nos mostram que a luta pelos direitos das mulheres é contínua e que ainda há muito a ser feito. Neste mês da mulher, devemos homenagear essas mulheres e nos inspirar em seu legado para continuar lutando por uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

Por isso, o SAE/DF reafirma seu compromisso com a causa da igualdade de gênero e convida a todos a se unirem na luta pela valorização das mulheres trabalhadoras da educação e pelo fim da desigualdade de gênero. Juntos, podemos construir um mundo mais justo e igualitário, em que todos tenham acesso aos direitos humanos.

SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA E POLÍTICAS
PARA AS MULHERES DO SAE-DF





INSPIRI-SE!

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL (SAE/DF)
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS © 2023 | CNPJ: 00.676.361/0001-52
PLANO PILOTO: SDS ED. VENÂNCIO IV BLOCO Q LOJA 74 (CONIC) -FONES: (61) 3223-8575
/ 3224-6000 / 3223-0075 / 3322-6173**DDG:** 0800 619797 - **EMAIL:** CONTATO@SAEDF.ORG.BR

